



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
SUPERINTENDÊNCIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS  
DIRETORIA DE GESTÃO DO REGISTRO ÚNICO

Ofício nº 641/2015-DRU/SOC/PGJ

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor,

Em resposta ao Ofício nº 53/2015-CPIDFDQ, que solicita informações acerca de procedimentos referentes a Federação Mineira de Futebol, bem como de seus dirigentes, encaminho a Vossa Excelência certidão anexa.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra 'C' inicial grande e decorativa.

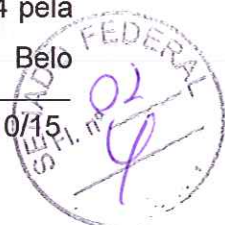
*Carlos André Mariani Bittencourt*  
Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

Excelentíssimo Senhor  
Senador Romário  
Presidente da CPI do Futebol  
Brasília – DF



## **CERTIDÃO**

Certificamos que em consulta ao Sistema de Registro Único - SRU - do Ministério Público do Estado de Minas Gerais realizada nesta data, foram encontrados 28 (vinte e oito) procedimentos relacionados a Federação Mineria de Futebol, CNPJ 17.405.747/0001-22, a saber: Inquérito Civil MPMG-0024.01.000017-2 instaurado em 22/05/2001 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação patrimônio público, encerrado por ajuizamento de ação em 06/06/2014; Inquérito Civil MPMG-0024.06.000694-7 instaurado em 30/05/2006 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação patrimônio público, arquivado em 18/09/2014; Inquérito Civil MPMG-0024.06.000730-9 instaurado em 30/05/2006 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação patrimônio público, arquivado em 18/09/2014; Inquérito Civil MPMG-0024.08.001627-2 instaurado em 19/05/2010 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 30/01/2012; Inquérito Civil MPMG-0024.09.001568-6 instaurado em 27/11/2009 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 17/05/2010; Inquérito Civil MPMG-0024.09.002945-5 instaurado em 28/05/2010 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 14/03/2011; Inquérito Civil MPMG-0024.10.001005-7 instaurado em 29/04/2010 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, encerrado por ajuizamento de ação em 27/03/2012; Inquérito Civil MPMG-0024.10.003318-2 instaurado em 16/08/2011 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação patrimônio público, encerrado por ajuizamento de ação 18/09/2012; Inquérito Civil MPMG-0024.10.004934-5 instaurado em 22/11/2010 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 25/10/2013; Inquérito Civil MPMG-0024.11.000109-6 instaurado em 17/01/2011 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 10/05/2012; Inquérito Civil MPMG-0024.12.000312-4 instaurado em 17/01/2012 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 15/10/2014; Inquérito Civil MPMG-0024.13.011428-3 instaurado em 11/12/2014 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo

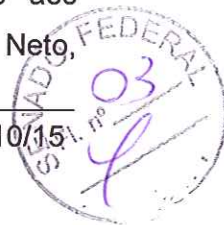




Horizonte, área de atuação patrimônio público, em andamento e que trata de "Possíveis irregularidades na arrecadação e aplicação da renda de jogos na prestação de serviços com as rubricas taxa de participação e taxa operacional"; Inquérito Civil MPMG-0024.14.000256-9 instaurado em 13/01/2014 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, em andamento e que trata de "Inquérito Civil relacionado à Federação Mineira de Futebol e à Confederação Brasileira de Futebol visando apurar os procedimentos referentes à segurança do torcedor nos eventos esportivos a serem programados para o Estado de Minas Gerais no ano de 2014, bem como apurar as questões incidentais."; Inquérito Civil MPMG-0024.15.001293-8 instaurado em 26/01/2015 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, em andamento desde 25/08/2015 e que trata de "Apurar os procedimentos referentes à segurança do torcedor nos eventos esportivos a serem programados para o Estado de Minas Gerais, no ano de 2015, e as questões incidentais."; Investigação Preliminar - Procon MPMG-0024.08.001660-3 instaurado em 01/08/2008 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado no órgão de execução na data de 20/05/2015; Procedimento Preparatório MPMG-0024.08.000128-2 instaurado em 17/01/2008 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 29/11/2010; Procedimento Preparatório MPMG-0024.09.000402-9 instaurado em 22/01/2009 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 29/11/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.04.000289-1 instaurado em 08/01/2004 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado em 12/09/2011; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000397-9 instaurado em 10/07/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado em 11/11/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000399-5 instaurado em 16/10/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado em 11/11/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000400-1 instaurado em 08/07/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado em 11/11/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000401-9 instaurado em 20/08/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa





do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado em 11/11/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000402-7 instaurado em 03/08/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, encerrado por simples ciência da junta recursal em 22/12/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000403-5 instaurado em 14/10/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, encerrado por simples ciência da junta recursal em 22/12/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0024.05.000404-3 instaurado em 10/08/2005 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação procon - serviços públicos e privados, encerrado por simples ciência da junta recursal em 22/12/2010; Processo Administrativo - Procon MPMG-0145.11.000371-5 instaurado em 26/09/2011 pela 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora, área de atuação procon - criminal, arquivado em 19/09/2013; Processo Administrativo - Procon MPMG-0223.08.000208-0 instaurado em 07/05/2008 pela 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Divinópolis, área de atuação procon - serviços públicos e privados, arquivado em 19/09/2013; Processo Administrativo - Procon MPMG-0702.07.000306-7 instaurado em 01/10/2007 pela 03ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia, área de atuação procon - serviços públicos e privados, em andamento e que trata de "Autos oriundos de fiscalização nº 14/2007 do procon estadual." Certificamos, também, que foram encontrados 04 (quatro) procedimentos relacionados a Federação Mineira de Futebol, a saber: Inquérito Civil MPMG-0024.13.000506-9 instaurado em 22/01/2013 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 14/05/2014; Inquérito Civil MPMG-0024.13.002896-2 instaurado em 15/10/2014 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação patrimônio público, distribuído ao Conselho Superior do Ministério Público em 09/09/2015 e que trata de "Possíveis irregularidades de pagamentos aos funcionários da Federação Mineira de Futebol"; Inquérito Civil MPMG-0024.14.007104-4 instaurado em 17/10/2014 pela 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação patrimônio público, arquivado em 20/03/2015; Procedimento Preparatório MPMG-0024.09.000726-1 instaurado em 04/11/2010 pela 14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Belo Horizonte, área de atuação consumidor, arquivado em 16/05/2011. Certificamos, ainda, que não foram encontrados procedimentos relacionados aos dirigentes da Federação Mineira de Futebol, Castellar Modesto Guimarães Neto,



Presidente; Adriano Aro, Secretário Geral; Daniel Las Casas, Secretário Geral Adjunto; Paulo Bracks, Diretor Executivo; Roberta Nunes, Secretária Executiva; Marisa Oliveira, Secretária; Flávio de Carvalho Drummond, Helena Miranda Campos de Abreu, Leandro Augusto Rezende Silveira, Marcelo Guilherme de Aro Ferreira e Thomás Souza de Resende, Diretores Estatutários; Cláudio de Faria Maciel, Pedro Henrique Dornas de Carvalho Silva e Marcelo Andres Castro de Mendonça, Diretores do Conselho Fiscal; Sérgio Souza de Resende, Jurídico. Foi encontrado 01 (um) procedimento relacionado a Ernani Marcos do Camo, Vice- Presidente, a saber: Inquérito Civil MPMG-0079.01.000001-0 instaurado em 16/11/2001 pela 07ª Promotoria de Justiça da Comarca de Contagem, área de atuação patrimônio público, arquivado em 29/08/2014. Certificamos, por fim, que a consulta não abrange os feitos judiciais ou aqueles que eventualmente não foram cadastrados no SRU, bem como aqueles em que houve decretação de sigilo. A certidão tem validade de 90 dias a contar da data de expedição, conforme o art. 5º da Resolução PGJ 19, de 14 de fevereiro de 2012. Por ser verdade, firmamos a presente.

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2015.

  
Guilherme Lacerda Ribeiro  
Coordenador da Diretoria de Gestão do Registro Único

  
Alexandre Carlos Botrel  
Superintendente dos Órgãos Colegiados